



Anais da Assembleia

Nº 53

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 75ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1975. (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglío, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Edilson Alencar (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 40/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município. Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 30, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 40/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1975.

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga

Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvairo, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglío, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Edilson Alencar (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido, ontem, nesta Capital, do Sr. Ambrósio Scarpim, tronco de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, um voto de congratulações à Igreja Batista do Cajuru, pela passagem do 37º aniversário de sua organização, comemorada de 23 a 25 do corrente mês.

O acontecimento se reveste de especial significado para a cidade de Curitiba, pois o dinamismo dos membros da comunidade religiosa, liderada pelo Reverendo Mauro Seraphim, tem proporcionado, além da elevação espiritual, o progresso educacional e assistencial a considerável número de famílias.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à referida Igreja.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regi-

mentais, requer, voto de congratulações ao atleta ROBERTO ABE, de Maringá, que participou do campeonato colegial de atletismo em Brasília, categoria infanto-juvenil, quando foi convocado para representar o Brasil na França, no próximo dia 06 de junho, onde será realizado o campeonato mundial colegial.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, com fundamentos regimentais, requer à mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que este interceda junto à FUNDEPAR, solicitando urgentes providências no sentido de que sejam destinadas carteiras escolares para o Grupo Escolar Presidente Vargas, situado na sede do distrito de FLORIANO, município de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar Presidente Vargas, do distrito de FLORIANO, no município de Maringá é dos mais antigos do município. Construído em alvenaria no ano de 1953, está servindo àquela população, embora já passasse por várias reformas parciais, sempre feitas pelas administrações municipais, já que o Estado apenas o construiu. Porém as carteiras utilizadas hoje, são ainda as mesmas de sua inauguração em 1954, isto é, o que resta das mesmas, com o agravante de serem as chamadas "carteiras duplas" e nas quais nenhuma condição tem o aluno de, sequer acomodar-se. Urge, portanto, que novas carteiras sejam introduzidas naquele estabelecimento de ensino. Todos os expedientes normais de solicitação já foram utilizados: Requerimentos com exposição de motivos pela Diretoria do estabelecimento; solicitação verbal e direta ao Senhor Inspetor de Ensino, enfim, resta apenas a este Deputado a prerrogativa de requerer do Exmo. Sr. Governador do Estado, diretamente, a determinação para que o problema não persista.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o envio de apelo do Exmo. Senhor Secretário das Finanças, no sentido de que seja baixado uma resolução proibindo os agentes fazendários do Estado ou exatores de Rendas promovam vendas de loteamentos ou títulos patrimoniais, de qualquer espécie, junto ao comércio, que se vê coagido com essa forma de corretagem.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com fundamentos regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de determinar à Secretaria competente, a construção de prédio para o funcionamento do ensino do 1º grau, na sede do distrito de IGUAATEMI, município de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Iguatemi é o mais populoso dos distritos de

Maringá, estando em franco desenvolvimento, principalmente com a abertura de novos loteamentos e ainda pelo incremento a novas indústrias bem como a ampliação da Usina de Açúcar Santa Teresinha, que abriga centenas de trabalhadores. Não conta em sua sede, com prédio escolar adequado para funcionamento sequer de ensino primário, ou seja, o antigo prédio do Grupo Escolar Rui Barbosa, está em péssimo estado, construído de madeira, já há longos anos não mais oferece qualquer condição de ser utilizado. A comunidade, através a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) com o auxílio da administração municipal, construiu um prédio para funcionamento do ginásio Monteiro Lobato, também mantido pela CNEC, no entanto, para o presente ano letivo, houve por bem o Governo, em criar uma extensão do curso ginásial naquele distrito. Porém, não dispondo de instalações adequadas para tal fim, utiliza-se de prédio particular, isto é, de propriedade da CNEC, gentilmente cedido ao Estado.

Ocorre, Senhor Presidente, que a comunidade de Iguatemi, embora se sinta agradecida pela extensão do curso ginásial ali implantada, necessita COM URGÊNCIA da liberação de seu prédio escolar por desejar continuar dando asas ao espírito cenequista de sua gente e ainda vislumbrando a possibilidade de dar à sua gente e ainda vislumbrando a possibilidade de dar a sua juventude maior saber, sem ser necessário o deslocamento para outros centros, pretende criar e manter, pela mesma CNEC, uma escola, de 2º grau, já para o ano letivo de 1976 Resta portanto ao Estado, cumprir com o mínimo de sua obrigação e dar condições materiais para o funcionamento de suas escolas, para com a medida, liberar o prédio da CNEC ali existente e esta entidade, que tanto tem colaborado com o desenvolvimento do ensino em nosso Estado, continue a se fazer presente em IGUAATEMI, porém mantendo, de forma pioneira, como sempre, um curso de 2º grau, por ser esta a maior aspiração daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer, se oficie ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando medidas urgentes para resolver o dramático problema da confecção de carteiras de identidade em Maringá.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A falta de impressos para a confecção de carteiras de identificação já está se constituindo num problema alarmante em Maringá. O departamento especializado, situado no segundo andar do prédio da 9ª Subdivisão Policial atualmente recebe um numeroso público que pretende fazer sua carteira, mas acontece que toda semana em dias diversos, os funcionários do setor decepcionam a muita gente argumentando que "não vai ser possível hoje", ou com uma frase que já está se tornando bastante tradicional: "não tem impressos, só a semana que vem". E assim vai indo. O problema da falta de impressos, conforme explicou um funcionário, se dá pelo fato de que Curitiba manda pouco e não dá para o gasto, motivo pelo qual muita gente aqui em Maringá acaba ficando sem fazer a sua carteira".

— (Transcrito do jornal "FOLHA DO NORTE", de 20 de maio de 1975).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que no final assina, usando das suas prerrogativas,

tivas legais, requer, após ouvido os demais parlamentares, se digne V. Exa. enviar ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de serem construídas as sedes das subdelegacias de polícia, dotando-as de condições materiais e humanas, os distritos de Cafelândia do Oeste e Santa Tereza, município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As sedes distritais em questão apresentam características urbanas e demográficas que por si só recomendam as atenções das autoridades no sentido de dotá-las das mínimas condições materiais de funcionamento, como unidades autônomas, o que vem administrativamente ocorrendo.

O progresso crescente e firme das respectivas regiões, somado à distância da sub-divisional de Cascavel, justificam a implantação de prédios compatíveis com as citadas concentrações urbanas, as quais estão muito acima de vários municípios paranaenses.

Tanto Cafelândia, localizada à margem da Rodovia Cascavel-Nova Aurora-Formosa do Oeste, como Santa Tereza, plantada entre Cascavel e Céu Azul, pelos componentes sociais e econômicos, na BR-277, exigem também um corpo administrativo mais consentâneo com seu padrão de vultura e poder aquisitivo, além de viaturas para o desempenho adequado das funções. É uma medida de extrema necessidade e imperiosa para a preservação harmônica do equilíbrio social das mencionadas localidades, esperando-se por isso a ação das autoridades do setor.

Não é demais lembrar que aquelas comunidades vem lutando de modo cívico e ordeiro, já há alguns anos, no sentido de concretizarem essa justa aspiração. E, como no momento este Deputado é o representante do município nesta Casa Legislativa, e conhecendo o desejo e a necessidade desta reivindicação, cabe salientar o nosso empenho e pessoal manifesto veemente para que o pedido consiga sensibilizar as ilustres autoridades da segurança pública, que haverão de promover de imediato o início das obras.

Ambas as delegacias distritais funcionam precária e vexatoriamente em prédios indignos da nomenclatura que os identificam, dando a impressão até de descaso para com as referidas populações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer a V. Exa. se digne, após ouvidos os demais parlamentares desta Casa de Leis, endereçar ofícios ao Exmo. Sr. Governador do Estado, aos Exmos. Srs. Ministros dos Transportes, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio e da Agricultura, bem como aos Exmos. Srs. Secretários do Transporte e da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de promoverem a reabertura do Porto Pioneiro de ANTONINA, assim como pesquisar o potencial de calcário e minério de ferro ali existente.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

JUSTIFICATIVA:

O fechamento do Porto marítimo de exportação ali existente e atualmente abandonado, vem causando à população local um grande prejuízo, resultando um injustificável abandono dos equipamentos e instalações ali implantadas para o aporte das navegações cargueiras de todo o mundo.

Por outro lado, considerando que Paranaíba e Antonina representam o escaudouro marítimo viável do chamado corredor

de exportação, beneficiando não só o Paraná, mas também o Paraguai que se utiliza da BR-277 para transportar e o Porto para exportar os seus produtos e exercer o comércio com países deste e de outros continentes.

Ademais, com a reabertura do Porto Antoninense, novas perspectivas se reabrirão para a mão de obra ociosa que hoje ali vive à margem de uma triste pobreza.

As indústrias Matarazzo que ali desenvolvia a industrialização do trigo, também pôs fim aos seus negócios, fechando um moderno engenho moageiro, frustrando grande parcela da população que ali prestava serviços e sobretudo considerável fonte de recursos fiscais para o município.

Por outro lado, a política de retorno do ICM, que toma por base a produção do município, vem beneficiando unicamente Paranaíba, que merece também a nossa consideração. E através desta sistemática, com o fechamento do Porto de Antonina, os recursos do ICM que chegavam ao município através do movimento de exportação, estão agora sendo canalizados para Paranaíba e Porto de Santos, sem que haja um maior apreço, interesse ou quem sabe até melhor informação a respeito das possibilidades desse Porto.

Uma cidade histórica, um porto de alta viabilidade para o uso e capaz de receber grandes navios, não deve ser abandonado sem maiores indagações.

Nestas condições, tanto as autoridades paranaenses, como as da República não podem fechar as portas desse complexo de bens e serviços que Antonina oferece como opção de progresso e renda nacional.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requero verificação de quorum, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE —

Responderam a chamada 30 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Meritória, sem dúvida alguma, a iniciativa tomada pela Secretaria de Saúde, quando, após constatado, por aquela Secretaria, alguns casos de difteria, tivesse mandado, como mandou, uma equipe volante a fim de colher material, para exame, dos funcionários e Deputados.

Iniciativa meritória, repito. No entanto, vim a esta tribuna, com o direito que me cabe, lançar um repto, um desafio, aquela Secretaria, porque, quando soube, por vias indiretas, que eu era portador do bacilo diftérico, portador sadio, mas podia transmiti-lo. Fiquei preocupado, como é natural.

Fui ao Instituto Osvaldo Cruz, tomar soro, segundo recomendação daquele Departamento. Mas, lamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estar sendo admoestado por aquele Departamento que insiste em dizer que tenho bacilo diftérico e disseram que tinha que tomar soro. Mas, antes disso, telefonei ao facultativo, ao professor Leônidas Mocelin, professor catedrático de Otorrinologia, da Universidade Federal, disse-me ele que não deveria tomar nenhum soro sem antes ir consultá-lo. Então, dirigi-me ao seu consultório, e num exame preliminar, ele me disse que, absolutamente, eu não tinha nada. Garantiu-me, como médico consciente que é, que eu nada tenho. Mas, diante de minha insistência mandou-me fazer um exame no Laboratório Aisengarth, um exa-

me de cultura, com a técnica que a ciência exige para coleta de material, para que se chegasse a um resultado efetivo e não precipitado como chegou a Secretaria de Saúde. Fiz, no Laboratório, dois tipos de exame, um, meia hora depois deram o resultado negativo. Outro, com cultura, vinte e quatro horas depois deram o resultado, também negativo.

Diante dessas afirmações, não querendo entrar em polêmica com a Secretaria de Saúde, e simplesmente contestar uma notícia inverídica que causou mal estar a mim, como Deputado, como pai de família, como homem que tem um vasto círculo de amizade, é que fiz esses exames. Porque, muitos chegam até certo ponto, - e com muita razão, a dizer que eu era transmissor, porque considero uma negligência, um ato maldoso daquele Departamento ao afirmar, ontem, que realmente eu era portador do bacilo diftérico. Hoje, trago a esta Casa uma declaração que entreguei à imprensa e vou fazer constar dos Anais, pedir permissão aos Srs. Deputados, para ler o que diz o Dr. Leônidas Mocelin: (LÊ).

"Para os devidos fins declaramos que examinamos o Deputado Nelson Buffara e não encontramos qualquer elemento na faringe e no nariz que indicassem ser o mesmo portador de angina ou rinite diftérica. Não desejando cometer algum erro de diagnóstico, solicitamos ao professor Oscar Eisengarth que, pessoalmente colheu material para o exame direto e cultura.

Não foi encontrado o micro-Bacterium difterial, responsável pela Difteria. Sendo o Laboratório Eisengarth um dos mais bem aparelhados do Brasil, declaramos que o Deputado Nelson Buffara não é portador nem transmissor de difteria. Assim afirmamos, porque para ser um transmissor da doença é necessário o desenvolvimento do germe na cultura, o que não foi constatado".

Além deste documento, tenho em mãos um xerox do exame que foi feito no Laboratório Eisengarth, que no final diz: "cultura visando bacilo diftérico - negativa".

O que me causou uma certa indignação, não à imprensa que recebeu a notícia da Secretaria de Saúde e publicou. A TRIBUNA, por exemplo - "BUFFARA ESTÁ COM O BACILO". (Bisos) Eu concordo, é jocoso mesmo. Todo mundo mexe comigo na rua. Como é Buffara?

A impressão que se tem, é que eu sou doente inconsequente, irreverente, irresponsável. Quando não sou. Tenho pavor de tudo que é doença. Qualquer probleminha já corro ao médico. Se tivesse um problema diftérico, tenho 6 filhos, não iria expô-los à contaminação.

Estou aqui com um assunto pessoal, peço excusas por ter vindo a esta tribuna para tratar de assunto meu, quando deveríamos gastar este tempo em benefício do Estado, do povo que nos mandou para cá. Mas não poderia calar, ante essas insinuações maldosas daquele Departamento.

Afasto o Secretário Arnaldo Busato disso tudo, porque acho que o Secretário Arnaldo Busato não seria capaz de permitir que essa campanha de um ou outro médico, fosse movida contra mim, por razões que desconheço. Chego a duvidar desses casos de difteria, a não ser, que tenha sido de caso pensado - opinião particular minha - para deixar esta Casa fechada por uns 5 ou 10 dias, por conveniências, quem sabe, políticas.

Mas, estou aqui para reafirmar que não quero entrar em polêmica mas se necessário for, peço à Secretaria de Saúde que designe um laboratório, porque o da Saúde para mim não serve, se não servir o Laboratório Eisengarth para a Saúde, que indique um ou mais laboratórios, eu me sujeitarei a fazer novos exames nesses laboratórios, às minhas expensas, por minha responsabilidade, às minhas custas. Mas, com um agravante, se for comprovado que eu não sou portador do mal, quero que, de público

aquela Secretaria venha a reconhecer que não tem condições técnicas para fazer esses exames, como fizeram aqui na Assembleia, sem máscaras, sem luvas e sem coisa nenhuma.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para desfazer uma atitude injusta que passamos a relatar. No dia 2 de abril, propusemos a esta Casa matéria legislativa, na qual exigíamos da COPEL providências imediatas de ligação do sistema de iluminação à unidade escolar Presidente Kennedy, localizada na cidade de Paranaíba. Digo na cidade de Maringá.

Naquele documento fizemos considerações também sobre a disposição da administração pública do município em aprimorar o sistema de iluminação pública da cidade de Maringá mas que não encontrava receptividade por parte da COPEL. No documento taxamos o escritório da empresa da COPEL, em Maringá de incompetência e de irresponsabilidade no trato do problema com relação a iluminação do Grupo Escolar "Presidente Kennedy."

Ocorre, Sr. Presidente. Srs. Deputados, que através de ofício que recebemos da COPEL, firmado pelo Diretor Presidente Arthur Andreolli, sob nº 698/75, a empresa esclareceu devidamente aqueles problemas e observamos em Maringá que, definitivamente, a iluminação pública da cidade já foi quase que totalmente executada. Nesse ofício a administração da Copel esclarece que não poderia, absolutamente, efetuar a ligação do sistema de iluminação no Grupo Escolar da cidade desde que a FUNDEPAR não efetuasse o pagamento de 8.500 cruzeiros devidos à empresa.

E através do ofício firmado pelo Secretário de Educação e Cultura, Sr. Francisco Borsari Neto, nº 409/75, o titular da Pasta da Educação e Cultura confirma as informações da direção da COPEL, dizendo que, efetivamente, somente no dia 8 de abril é que a FUNDEPAR fez o devido pagamento de 8.500 cruzeiros e solicitou a ligação do sistema de iluminação.

Quero Srs. Deputados, deixar aqui a minha voz para desfazer essa acusação injusta que este Deputado formulou ao Escritório da COPEL em Maringá. Efetivamente, o trabalho do Sr. Vitor Hugo que gere a atuação da COPEL na cidade de Maringá tem feito um trabalho dinâmico, bastante cavalheiresco no trato com as autoridades maringaenses e com o povo de Maringá.

Quero afirmar que a injustiça foi cometida com relação a COPEL mas que permanece a acusação com referência às atitudes da FUNDEPAR que entregou à Maringá uma unidade educacional no dia primeiro de março e só efetuou o pagamento a outro órgão da administração estadual, deixando por uma temporada mais de 300 alunos estudando eficientemente por causa de uma iluminação efetuada por lampeão a gás.

O SR. PRESIDENTE - Lembro ao nobre Deputado que está esgotado o tempo que dispunha, porém concedo mais alguns instantes para que termine.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - A incompetência e a irresponsabilidade é e foi efetivamente da FUNDEPAR e não do Escritório Maringaense da Companhia de Energia Elétrica do Paraná. COPEL. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Considero-me restabelecido depois de três penosos dias de febre, que a vacina contra a difteria me causou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho recebido manifesta-

ções e pedidos de interferência junto às autoridades estaduais e federais com relação ao Porto de Antonina. Embora não tenha merecido uma consideração eleitoral mais avantajada naquela comunidade, os apelos chegam até nós, para que o Porto de Antonina seja reaberto para que aquela população continue naquele passo de desenvolvimento daquela cidade histórica daquele Porto que muitas divisas trouxe ao Paraná e ao Brasil. A política adotada pelo Governo Federal de exportação, não convence a maioria dos parlamentares desta Casa porque muitas vezes já se levantaram para buscar o entendimento no sentido de que Antonina possa merecer uma consideração especial das autoridades. Ali existe um potencial de instalações adequadas para a recepção de grandes navios que demandam ao exterior; por outro lado um moinho de moagem de trigo, das Indústrias Matarazzo, encontra-se fechado há muitos anos, moinho de primeira grandeza e que precisa receber das autoridades o consenso de voltar ao seu funcionamento.

A Prefeitura local está claudicante e sem recursos para prover as despesas do município, a população, a mão de obra ociosa que existe lá em decorrência do fechamento deste Porto de Antonina reclama urgente observação e atuação das autoridades. E é neste sentido que lembramos mais uma vez e através de requerimento para serem oficiados às autoridades e do Ministério de Minas e Energia já que ali em Antonina é sabido da existência de jazidas de minério de ferro em condições de exploração; além disso, existe um manancial de calcário que bem poderá ser aproveitado e que as autoridades estaduais devem observar, devem investigar.

Nestas condições, Senhores Deputados, nobre Sr. Presidente, encareço a esta Casa para que faça uma voz atuante e presente nesta reivindicação, porque o município não tem condições, esgotou-se a sua competência de fazer o apelo às autoridades.

Por outro lado, venho à tribuna solicitar também e este requerimento será encaminhado à Mesa, às autoridades da Segurança Pública do Estado, que mandem fazer uma investigação no distrito de Santa Tereza e no distrito de Cafelândia do Oeste, em Cascavél, as condições precárias do funcionamento daquelas Delegacias ou Sub-Delegacias, numa meia água, sendo que a metade desta meia água está com as telhas quebradas.

A cadeia de Santa Tereza mais parece um improvisado sanitário das festas e comemorações de Feira-Agro-Pecuária. É lamentável que a Secretaria de Segurança, através da FUNRESPOL, não possa dotar as sub-delegacias de condições materiais e até humanas.

Este apelo vem da população de Cafelândia e de Santa Tereza.

Aqui estamos requerendo que o Secretário de Segurança Pública determine estudos para a implantação de prédios adequados para o funcionamento de delegacias nestes distritos que prosperam e progridem dia a dia. Eles têm melhores condições que muitos municípios do Estado do Paraná e mesmo assim, claudicando em vários outros setores, no de Segurança estão a requerer uma efetiva participação da Secretaria de Segurança.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná está chorando novamente, chorando por acontecimentos repetidos por parte do Governo Federal e que tanto têm prejudicado o Paraná.

É o que diz "O Estado do Paraná", em publicação de sexta feira última, endossando declarações do deputado federal Norton Macedo, quanto à falta de recursos federais para o Estado, em virtude do que importantes obras rodoviárias estão paralisadas.

Citando entre elas a Rodovia Irati-Relógio, o Prefeito de

Irati, Lourival Luiz Fornazari classificou como de "absurdo a paralização das obras daquela estrada, já concluída em mais de setenta por cento."

"Os prejuízos para a região, para o município e mesmo para as empreiteiras são enormes, advertiu o alcaide de Irati, para afirmar que dentro do cronograma a obra devia ser inaugurada em fevereiro próximo.

O trecho em obras é de 52 km estando todas as obras de arte e terraplanagem concluídas, faltando recursos da ordem de 36 milhões para completar o asfaltamento da estrada. Duas são as firmas empreiteiras e as obras foram suspensas por falta de verbas. Contratadas há três anos, as empresas, segundo faz crer, não previram a inflação e o aumento do custo dos combustíveis e no pedido de reajuste não foram atendidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, na suplementação de verbas."

Porisso mesmo, se não fôr encontrada uma solução para o impasse as empreiteiras dispensarão seus funcionários, a partir do próximo dia 30, criando com isso um sério problema, que é o do desemprego."

Entre as estradas que serão paralizadas, Sr. Presidente Srs. Deputados, está o trecho de minha região, que liga Santo Antônio da Platina a Ibaiti, com 75 por cento do serviço de terraplanagem pronto, numa extensão de 78 km, já com 26 km, de pavimentação asfáltica entregue à praticabilidade daqueles que por ali passam.

Esta semana, vimos as duas empreiteiras daquele trecho, retirando a sua maquinária, retirando seus homens, daquele trabalho tão importante, tão necessário, e que está sendo feito com tantos anos de atraso.

Não entendemos porque a administração, deste Estado, porque a direção administrativa desta Nação, não tem conseguido planejar, efetivamente, as obras necessárias ao desenvolvimento deste Estado, ao próprio desenvolvimento da Nação.

Mas, se quiséssemos levantar crítica sobre o que foi feito, veríamos que milhões e milhões de cruzeiros, jogados pela mata à dentro, sem resultado efetivo para o presente e sem esperança para o futuro. Enquanto o Paraná, principalmente na minha região, a mais antiga do Paraná, o Norte Velho, depois de quase trinta anos de início de uma rodovia de menos de 80 km, paralisa seus trabalhos, quando esse trabalho já tem 75 por cento efetivado. É o desperdício do dinheiro público, é a falta de capacidade, de visão administrativa; é a falta de planejamento efetivo que, naturalmente, concorre para o empobrecimento da Nação brasileira.

Deixamos, aqui, o nosso protesto e o nosso apelo, que se façam ouvir as nossas palavras como paranaense que sente, e chora neste momento, quando se encerra uma atividade tão necessária para a conclusão de obra que tanto se esperou, por tantos e tantos anos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dentre as reivindicações populares que nos são trazidas pelos diversos componentes dos setores produtivos de nossa terra, está o das rodovias. Indispensável, para que ocorra o escoamento das safras agrícolas; para que os produtos sejam levados até os comerciantes, até os consumidores e, também, para que, se proporcione condições de acesso normal às diversas áreas do território paranaense.

A respeito do assunto, o orador que nos antecedeu, Deputado Lúcio Machado, destacou a sua preocupação diante da paralisação de certos trechos de obras viárias.

Associamo-nos com o nobre Deputado, pois o Estado do Paraná é carente de estradas para que se processe um desenvolvimento pleno.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lemos no jornal de hoje uma notícia que deve merecer nossa especial atenção, pelo que vem anunciar. Lemos que S. Exa. o Sr. Governador do Estado Jayme Canet Junior, logo que o Ministro dos Transportes chegou a nossa capital, solicitou providências urgentes, no sentido de que sejam aceleradas as obras rodoviárias de nosso Estado, e recebeu o Sr. Governador uma promessa do Ministro Dirceu Nogueira, de que será procedido reexame no organograma da construção, para que o Governo Federal invista mais nessa área de nosso Estado, proporcionando as condições desejadas para nosso desenvolvimento.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consignamos os nossos aplausos ao mesmo tempo em que manifestamos nosso voto de confiança de que será efetivamente levado a termo este plano, que se considera prioritário, para que a economia alcance o estágio que todos nós almejamos.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência comunica que o tempo está esgotado e concede mais alguns instantes para que V. Exa. possa concluir seu pensamento.

OSR. EZEQUIAS LOSSO - Fazemos voto de que desse mesmo reestudo resulte a duplicação da pista que liga Curitiba a Ponta Grossa, eis que é uma antiga aspiração das classes produtoras da região, e ainda, porque neste trecho preciosas vidas têm sido ceifadas, em vista do intenso movimento que diariamente ali se verifica.

Por esta razão, Sr. Presidente, quando represento o pensamento da maioria dos que depositaram sua confiança neste parlamentar, dizemos que está o Governo alerta no sentido de que nosso Estado, assim como os outros Estados da União, têm recebido, também tenha o atendimento no setor viário.

Era só. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o sexto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não faz muitos anos, a imprensa do Paraná e a imprensa brasileira davam conta de uma campanha neste Estado, para transformar de fato e de direito, o Estado do Paraná na segunda Unidade da Federação Brasileira.

Mobilizou-se o Governo e a opinião pública, em torno deste objetivo, dando mostras de que os paranaenses desejavam, ver reconhecida a unidade federativa, a sua posição de destaque por ser um dos mais novos Estados mas com crescimento inigualável.

Passou-se o tempo, mudou-se o Governo e isto faz parte da história do Paraná, porque, hoje em dia, talvez poucos se recordem do objetivo tão longe que foi esquecido, de ser o Paraná o segundo Estado da Federação.

Hoje, visitantes que se dirigem ao Centro Cívico do Paraná, vão constatar uma triste realidade. Ao chegar aos fundos do Palácio Iguaçu verão a triste realidade do Paraná o tão decantado e arquitetônico Instituto de Educação, dormindo em berço esplêndido, inacabado e o matalal o cercando.

Bem sabemos que um Governo se afirma não apenas pelo início de obras gigantescas mas, principalmente, pela conclusão destas obras. Sabemos que um Governo não recebe apenas coisas fáceis de serem realizadas, mas muito problemas.

O atual Governo tem merecido a confiança do povo do Paraná, mas a permanência de uma obra pública de tanto interesse para a educação deste Estado, de tanto interesse para o Governador e para sua equipe de trabalho continuar adquirindo a confiança dos paranaenses exige que, medidas urgentes, sejam tomadas para que a omissão não marque o seu Governo, como marcou os Governos passados. Deve, portanto, o Governador tomar uma medida para a conclusão da obra para que seja aproveitado para outra finalidade, mas assim é que não pode ficar.

Comenta-se que o custo é muito grande e o Estado não

tem condições de acabar com a obra. A verdade é que alguma coisa deve ser feita e alguma coisa deve partir do atual Governador do Estado.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o intuito de por em discussão o problema e parece inclusive, segundo comentários, o Governo do Estado do Paraná tenta junto ao autor do projeto, junto com ele, modificar o projeto, pelo alto custo, não estaria em condições de concluir a obra. Parece que realmente o problema deva ser precipitado. Para isto, encaminhamos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, um requerimento em que solicitamos medidas urgentes para que esta obra tenha conclusão, ou seja, aproveitada para uma finalidade porque, a ficar da maneira como está trará prejuízos ao próprio Estado. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja ouvido o plenário, para o fim especial de solicitar, por ofício desta Casa, urgentes medidas ao Sr. Governador do Estado do Paraná, no sentido de serem imediatamente concluídas as obras do Instituto de Educação, localizado nos fundos do Palácio Iguaçu, no Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A injustificável paralisação das obras do edifício do Instituto de Educação, estão acarretando vultuosos prejuízos ao Estado, face ao abandono em que se encontram. Ademais e prioritário para a Secretaria de Educação e Cultura, ter condições de funcionamento, eis que onde se encontra instalada, além de difícil acesso, o imóvel não preenche os requisitos mínimos de funcionamento. Por outro lado, não se justifica a paralisação de importante obra, mormente nas proximidades da sede do Governo Estadual, pois que o abandono a que se encontra, atentam a confiança que o Governador procura adquirir. Verdade que se outros pecaram na elaboração e previsão dos gastos, não se pode agora simplesmente omitir-se de uma situação incômoda. Um governo se impõe, não apenas pelo início de obras, mas sempre pela conclusão das mesmas. A conclusão do magestoso e até faraônico edifício do Instituto de Educação do Paraná, impõe-se ao novo Governador, como um compromisso de caráter inadiável, para o bom conceito do Governo do Estado do Paraná, eis que investir em educação é investir em coisa muito séria".

Sr. Presidente, se o Paraná não pode ser o segundo Estado da Federação, se o Paraná não pode concluir uma obra da envergadura desta, o Paraná não pode continuar a passar o atestado da omissão e da ineficiência, o nosso Estado e o seu Governo devem tomar medidas para que o povo continue confiando em seus governantes. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para o Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ - (Ausente).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos feito nossa inscrição para falarmos no Pequeno Expediente. Face haver esgotado o horário, valemo-nos do Grande Expediente.

Inicialmente, quero registrar com satisfação que há dias

esta Casa foi honrada com a presença do Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, perante a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio. Infelizmente, por motivos imperiosos uma vez que nesta data estávamos viajando a Suzano a fim de representarmos o Presidente desta Casa na inauguração da fábrica Komatsu, não pudemos estar presentes a fim de ouvirmos detalhadamente Sua Excelência.

Todavia, as referências elogiosas que recebemos dos nobres colegas, que tiveram a felicidade de comparecer, bem como as notícias sobre o acontecimento, publicadas pela imprensa inspirou-nos uma manifestação a respeito da visita que fez à Casa, o Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário da Agricultura.

Chega-nos a notícia que o Banco do Brasil está financiando sementes de trigo com urgência.

Como se recorda, pelas informações de companheiros e da própria imprensa, no depoimento do Sr. Paulo Carneiro nesta Casa, ficou claro a preocupação do Governador Jayme Canet, em dar solução aos problemas que estavam a afligir a triticultura paranaense, quais sejam, falta de sementes certificadas para atender o aumento do plantio neste ano.

Estoriou o Sr. Secretário da Agricultura, as providências tomadas quanto ao atendimento da demanda, com a permissão para que fossem utilizadas também sementes de menor teor germinativo. Mas para isto, havia outro problema: o Banco do Brasil não financiava sementes não certificadas. Atento a este problema como disse nesta Casa o Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, tomou ele a iniciativa de solicitar ao Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, a extensão daquele benefício aos adquirentes das sementes comuns. Este pedido foi feito no dia 21 deste mês, quando da presença, no seu gabinete, do Secretário Geral, Dr. Dinar Gigante.

Ontem, portanto, apenas uma semana depois veio a resposta:

O Banco do Brasil passa a financiar também as sementes comuns, e a última etapa do processo foi solucionada, o problema foi resolvido.

Quero destacar, Srs. Deputados, a presteza com que o Governador Jayme Canet Junior, atendeu as necessidades de nossa agricultura.

E o caso que acabo de relatar, é exemplo disto. Por este motivo, me permito apresentar um voto de louvor à atuação do Sr. Secretário de Agricultura neste episódio.

Sr. Presidente, gostaria ainda de tomar alguns instantes para encaminhar à Mesa um requerimento que estamos fazendo e que pede o envio de um expediente, de um ofício com farta documentação e fotografias ao Excelentíssimo Sr. Gal. Silvio Couto Coelho da Frota, Ministro do Exército.

Ocorre que em 54, no município de Castro, a Prefeitura Municipal, com base em lei municipal, doou através de escritura pública, três terrenos à União, a fim de que nestas áreas fossem construídas casas residenciais para oficiais e sargentos que serviam na Unidade do Exército naquele município.

Passaram-se dezenove anos e nada ali se construiu e já não existe no município, Efetivo do Exército.

Uma das áreas havia sido destinada para a ampliação da Praça Indalécio Macedo.

Através de ofício do Sr. Prefeito e Vereadores vem um apelo para encaminhar, através desta Casa Legislativa, com o apoio dos Deputados, uma solicitação ao Ministro do Exército no sentido de rever este problema para que retorne aquela área de terras ao Município, a fim de ser construída a referida praça.

Nestas condições, encaminho o expediente nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Gal. Silvio Couto Coelho da

Frota - Ministro de Estado do Exército, o seguinte ofício:

Senhor Ministro.

A Prefeitura Municipal de Castro, neste Estado, com base na Lei Municipal nº 1, de 11 de maio de 1954, doou à União Federal, conforme escritura Pública lavrada em 16 de janeiro de 1956, pelo 2º Tabelião Interino daquele município, 3 (três) terrenos para que neles fossem construídas casas residenciais para oficiais e sargentos que serviam na Unidade do Exército sediada naquela cidade.

A aceitação da doação foi baseada no Decreto Federal nº 36.489 de 20 de novembro de 1954, cujo Decreto autorizava o serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos 3 (três) terrenos.

O mesmo Decreto Federal fez constar do seu artigo 2º o seguinte: "art. 2º - Os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se a construção de casas residenciais para os militares que servem na Unidade do Exército, com sede naquela cidade".

Ocorre que num desses 3 (três) terrenos, ou seja o que se destinava à Praça Coronel Indalécio Macedo, até a presente data, nenhuma construção foi realizada.

Referido terreno está assim descrito na escritura pública de doação:

"O terceiro com 86,00 metros de frente para a sua Coronel Indalécio Macedo, 61,00 metros de frente para a sua São Tomé, 29,30 metros de frente para a rua São Paulo, 90,00 metros de frente para a rua Sengés, com a área de 3.905 m²".

Cumpramos a missão de vir expor a Vossa Excelência esses fatos e, considerando a não utilização do imóvel durante o decurso de 19 (dezenove) anos e a inexistência de efetivo militar naquele município, apelar para que se digne em determinar estudos para verificar a viabilidade de ser devolvida ao município a mencionada área de terras para a sua imediata utilização na urbanização da própria cidade.

Considerando que tal área de terras, cuja destinação era para uma praça, está abandonada, sem nenhuma utilização;

Considerando que fica a mesma encravada numa das principais zonas urbanas da cidade, localizada bem defronte ao Hospital Bom Jesus;

Considerando que o Município de Castro pretende dar-lhe a primitiva destinação de uma praça, hoje tão reclamada pelos moradores do local;

Cumprimos a missão de vir expor a Vossa Excelência esses fatos e, considerando a não utilização do imóvel durante o decurso de 19 (dezenove) anos e a inexistência de efetivo militar naquele município, apelar para que se digne em determinar estudos para verificar a viabilidade de ser devolvida ao município a mencionada área de terras para a sua imediata utilização na urbanização da própria cidade.

Permitimo-nos ainda, fazer acompanhar o presente ofício cópias do Decreto autorizatório da doação e da escritura pública de doação, bem assim fotos e mapa da área que o Município de Castro pretende ver revertida ao seu patrimônio.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1975.

a) DÁCIO LEONEL".

Seguro de que esta Casa dará apoio incondicional a esta solicitação, apenas quero agradecer. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 01/74, que aprova convênio celebrado entre o Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. - **Aprovado.**

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 01/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de abril de 1973, entre o Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) BASILIO ZANUSSI - Presidente

FRANCISCO ESCORSIN - Relator

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 27/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Bocaiúva do Sul, Icaraima, e Quedas do Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSI - Presidente

FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 32/74, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os municípios que especifica, objetivando a construção de prédios para as Delegacias de Polícia locais e Cadeias públicas naquelas comunas. - Aprovado.

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 32/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e os municípios de Bom Sucesso, Colorado, Engenheiro Beltrão, Fenix, Guaraniaçu, Kaioré, Lobato, Mal. Cândido Rondon, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Pinhão, São Jorge do Ivaí e Tapejara, objetivando a construção de prédios destinados às delegacias de Polícia e Cadeias públicas nos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSI - Presidente

FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 03/75, que dispõe sobre o número de Assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª e 2ª Secretaria, deste Poder Legislativo. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, incisos I, II e IV, alíneas b, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 2º -

I - Gabinete da Presidência:

a) ! ! ! ! !

b) (quatro) 4 assessores;

II - Gabinete da 1ª Secretaria:

a) ! ! ! ! !

b) 4 (quatro) assessores;

IV - Gabinete da 2ª Secretaria:

a)

b) 4 (quatro) assessores".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSI - Presidente

LINEU TURRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 11/75, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com os municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e os municípios de Araruna, Formosa do Oeste, Jandaia do Sul e Realeza, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 13 de maio de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSI - Presidente

FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL – do projeto de Resolução nº 12/75 que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, e o município de Pérola, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e o município de Pérola, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia local.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** – Presidente

FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 13/75, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** – Presidente

FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do projeto de Resolução nº 18/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em data de

9 de outubro de 1974 entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicações de dotações do Funrespol e de verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** – Presidente

FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do projeto de Resolução nº 24/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Tapejara, objetivando implantação de complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia, no referido município. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Tapejara, objetivando a implantação de complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia, no referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** – Presidente

FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 26/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa, e Catanduvas, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Catanduvas, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** – Presidente

FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução no 27/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de abril de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil no Estado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 28/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionado com a saúde mental. **- Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionadas com a saúde mental.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 29/75, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Obras Públicas, com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícias e Cadeias Públicas, naquelas comunas. **- Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovados os Convênios celebrados em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Floresta, Palmital, Porto Rico, Tamboara e Terra Rica, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 30/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, e os órgãos federais que especifica. **- Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovados os seguintes Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, e os órgãos federais que especifica:

I - Em 14 de junho de 1974, com a Universidade Federal do Paraná - Faculdade Federal de Medicina (Clínica Ginecológica), visando a implantação do Programa de Controle do Câncer.

II - Em 5 de agosto de 1974, com o Ministério da Saúde, objetivando desenvolver atividades na área da alimentação e nutrição, conforme o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 31/75, que aprova os termos do Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Boa Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. **- Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovados os termos do Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Boa Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUN-RESPOL, e de verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
FRANCISCO ESCORSIN - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 43/75, que acresce incisos que especifica, ao Artigo 39 do Regimento Interno. **- Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 39. -

XIV - Recursos Humanos;

XV - Ecologia e Meio Ambiente"

Art. 2º – A Comissão de Recursos Humanos, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica.

Art. 3º – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei que tratem de matéria que diga respeito à manutenção da ecologia e preservação do meio ambiente.

Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

LINEU TURRA – Relator

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 181/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 186/74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que denomina Estação Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão”, a Estação Ferroviária localizada no quilômetro 54, da Estrada de Ferro Central do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 272/73, de autoria do Deputado Antonio Lopes Junior, que veda desconto de qualquer natureza no vencimento, remuneração e proventos, dos Servidores Públicos Estaduais civis e militares, sem expressa autorização. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 272/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º – O vencimento, remuneração e proventos dos servidores públicos estaduais, civis e militares, não sofrerão descontos de qualquer natureza, sem expressa autorização do interessado e com firma reconhecida, salvo os previstos em lei.

Parágrafo único – As autorizações para descontos, já concedidas, deverão ser renovadas, obedecendo as determinações deste artigo, no prazo de sessenta (60) dias a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1973.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR

JUSTIFICAÇÃO:

Esta medida decorre da necessidade urgente de se colocar um ponto final nas irregularidades que se vem verificando, de há muito, com os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Estado, os quais são onerados com descontos que não os previstos em lei e, na maioria dos casos, sem o seu consentimento expresso.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 272/73

AUTOR: Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR

De autoria do nobre Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR, o Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão,

tem o objetivo de vedar o desconto de qualquer natureza no vencimento, remuneração e proventos dos servidores públicos estaduais, civis e militares, sem expressa autorização do interessado e com firma reconhecida, salvo os casos previstos em Lei.

A iniciativa do eminente autor do Projeto, é das mais louváveis, considerando que a medida visa coibir descontos sem amparo legal na folha de pagamento dos servidores públicos do Estado, que já tem seus vencimentos progressivamente superados pelo processo inflacionário que ocorre no País.

Constitucionalmente, legalmente a proposição é escoreita.

Quanto à forma, também, está conforme.

Pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

a) Paulo Camargo – Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ambrósio Scarpim. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao atleta Roberto Abe, de Maringá, que participou do Campeonato Colegial de Atletismo em Brasília, quando foi convidado para representar o Brasil na França, onde será realizado o Campeonato Mundial Colegial. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, objetivando medidas urgentes para resolver o dramático problema da confecção de carteiras de identidade em Maringá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças, apelo no sentido de que seja baixado uma Resolução proibindo que os agentes fazendários do Estado ou exatores de rendas promovam vendas de loteamentos ou títulos patrimoniais, de qualquer espécie, junto ao comércio, que vê-se coagido com essa forma de corretagem. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de serem construídas as sedes das subdelegacias de polícia, dotando-as de condições materiais e humanas, dos distritos de Cafelândia D'Oeste e Santa Tereza, município de Cascavel. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado, Ministro dos Transportes, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Agricultura do Paraná, no sentido de promoverem a reabertura do porto pioneiro de Antonina, assim como pesquisar o potencial de calcário e minério de ferro ali existente. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de serem imediatamente concluídas as obras do Instituto de Educação, localizado nos fundos do Palácio Iguazu. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Batista do Cajuru, pela passagem do 37º aniversário comemorado de 23 a 25 do mês em curso. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto à Fundepar,

visando providências no sentido de que sejam destinadas carteiras escolares, para o Grupo Escolar Presidente Vargas, situado na sede do distrito de Floriano, município de Maringá. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, objetivando providências e determinando a Secretaria competente, a construção de prédio para o funcionamento do ensino de 1º grau, na sede do distrito de Iguatemi, município de Maringá. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro de Estado do Exército, visando estudos de viabilidade de ser devolvida ao município de Castro, uma área de terras com 3.905 metros quadrados, objeto de doação daquele município à União Federal. — Aprovado.

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 63/74, 118/74, 139/74, 156/74, 165/74, 174/74, 177/74, 192/74 e 196/74.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 982/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RUI FERRAZ DE CARVALHO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CARVALHO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1021/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ARISTEU SILVA BERGER, ocupante do cargo de nível PL-30, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

- PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1577/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 374/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1343/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de SERGIO MANOEL POPLADE CERCAL, ocupante do cargo de nível PL-30, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário